

Encontro Mundial de Mulheres e Homens Líderes Camponeses

Avaliação e perspectivas futuras do AIAF 2014

14-15 de Novembro, 2014 – Brasília, Brasil



Relatório elaborado pela ACTUAR – Associação para a Cooperação e o desenvolvimento (www.actuar-act.org), Coordenadora da REDSAN-CPLP (www.redsan-cplp.org) e Secretariado técnico da Plataforma de Camponeses da CPLP (www.pccplp.com).



Apoio à realização da reunião:



1. Contexto

O Fórum Rural Mundial (FRM) foi lançado em Fevereiro de 2008, através de uma proposta das organizações da rede Fórum dos Agricultores. Promovido pelo FIDA, em Roma, é uma campanha mundial com o objectivo de conseguir uma declaração para o Ano Internacional da Agricultura Familiar (AIAF).

Mais de 360 organizações de 60 países, coordenadas pelo FRM, trabalharam durante três anos numa intensa campanha internacional e, em Dezembro de 2011, a Assembleia Geral da ONU declarou por unanimidade o AIAF-2014.

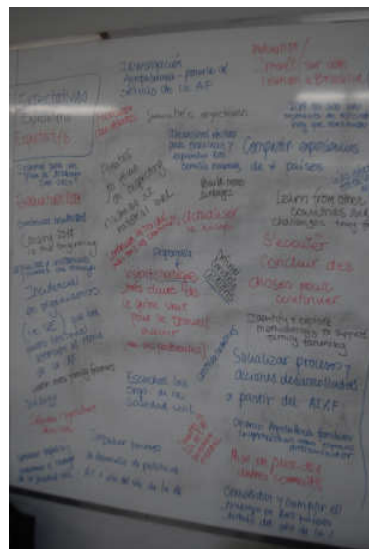
A rede global AIAF-2014 tentou implementar plenamente os seus objectivos: (i) apoiar o desenvolvimento de políticas agrícolas, ambientais e sociais propícias à agricultura familiar sustentável; ii) aumentar o conhecimento, melhorar a comunicação e a sensibilização do público; iii) alcançar uma melhor compreensão das necessidades da agricultura familiar, do seu potencial e limitações e garantir suporte técnico; iv) criar sinergias para a sustentabilidade.

Um Comité Internacional¹ ofereceu orientação e apoio à implementação das actividades do AIAF. O FRM coordena a participação da sociedade civil, através de um Comité Consultivo Mundial, que está aberto a novos membros.

Com o objectivo de avaliar colectivamente os resultados do AIAF e discutir perspectivas para o futuro, à escala nacional e internacional, o FRM organizou em Brasília, Brasil, com o apoio financeiro e logístico do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), uma reunião de mulheres e homens líderes camponeses dos 5 continentes. Esta reunião contou com a presença de membros do Comité Consultivo do AIAF-2014, do MDA e de representantes de organizações internacionais, como a FAO, o FIDA, o CIRAD, etc. O encontro realizou-se nas instalações da CONTAG – CECIR² e a maioria dos participantes ficou nas instalações do centro de formação da CONTAG.

2. Objectivos

- Avaliar as conquistas e resultados do AIAF-2014;
- Identificar, discutir e priorizar as principais áreas de acção e tarefas a realizar nos próximos anos na defesa e consolidação da Agricultura Familiar, da Pesca Artesanal, da Pastorícia e das Comunidades Locais;
- Negociar e aprovar colectivamente um *Manifesto final*, como base para a futura projecção deste movimento internacional a favor da agricultura familiar. Pretende-se que este *Manifesto* seja um catalisador, promovendo as tarefas e desafios comuns e respeitando as especificidades de cada região e país.



¹ O Comité Internacional do AIAF é composto por 12 Estados membros (Afeganistão, Angola, Argentina, Austrália, Bangladesh, Brasil, França, Kuwait, Filipinas, Eslováquia e África do Sul; a nomeação de um membro norte-americano encontra-se pendente) assim como o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrário (FIDA), Programa Alimentar Mundial (PAM), Biodiversity International, FAO, Fórum Rural Mundial (FRM), União Europeia e Organização Mundial de Agricultores (OMA).

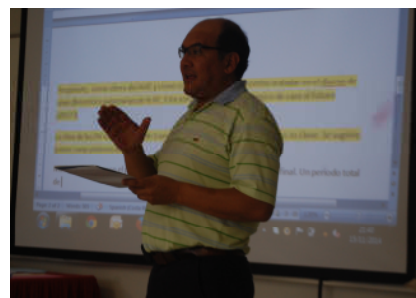
² SMPW Quadra 1 Conjunto 2 Lote 2, Núcleo Bandeirante, 71735-102, Brasília, Brasil.

3. Participantes

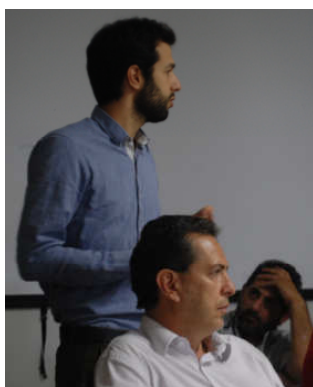
Mais de 30 homens e mulheres líderes camponeses, jovens e adultos, agricultores de todas as latitudes membros do Comité Consultivo Mundial, coordenadores e membros dos Comités Nacionais do AIAF-2014 participaram activamente da reunião (Anexo 1 - Lista dos participantes). Além disso, representantes de organizações rurais e internacionais e de institutos de pesquisa agrícola contribuíram com sugestões e experiências, com o objectivo claro de chegar a um acordo sobre os principais problemas que a agricultura familiar terá de enfrentar nos próximos anos.



A Rede Internacional de Segurança Alimentar (IFSN) foi representada nesta reunião por: i) Mario Bonilla, *Agrosolidaria*, membro da *ASASAN* (Aliança pela Soberania, Autonomia e Segurança Alimentar e Nutricional - *Alianza por la Soberanía, la Autonomía y Seguridad Alimentaria Nutricional*) e ii) Joana Rocha Dias, *ACTUAR*, membro da *REALIMENTAR* e da *REDSAN-CPLP* (Rede da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar e Nutricional na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa).



A reunião contou com o apoio técnico do Secretariado do Comité Consultivo Mundial (da responsabilidade do FRM): José Maria Zeberio (Presidente do FRM); Auxtin Ortiz (Director Geral do FRM); José Antonio Osaba (Coordenador da participação da Sociedade Civil no AIAF-2014); Conchi Quintana (Responsável do FRM para a região da América Latina e Caribe); Sylvie Guillaud (Responsável do FRM para a região de África). A reunião teve como facilitadora Gabriela Quiroga. Nemo Amaral (CONTAG) apoiou os participantes nas questões administrativas e logísticas.



4. Agenda

Quinta-feira, 13 de Novembro

| | |
|-------|---|
| 17:00 | Boas vindas e apresentação dos participantes Expectativas para a oficina de trabalho |
|-------|---|

Sexta-feira, 14 de Novembro

| | |
|-------|--|
| 8:30 | Abertura da oficina de trabalho – Panorama dos progressos do AIAF-2014 (representantes do FRM, CONTAG, MDA do Brasil e FAO). Metodologia da oficina |
| 9:30 | Sessões de grupos de trabalho: avaliação das conquistas do AIAF-2014 – Os participantes partilharam os resultados alcançados pelas suas organizações ou Comitês Nacionais durante o AIAF-2014 (metodologia: <i>World Café</i> , com grupos de trabalho por língua) |
| 13:00 | Almoço |
| 14:00 | Sessões de grupos de trabalho: debate sobre cada uma das cinco exigências a incluir no Manifesto (metodologia: <i>World Café</i> , com grupos de trabalho por língua; cinco rondas de discussão) |
| 17:30 | Plano acordado para o dia seguinte |
| 18:00 | Sessão de trabalho das equipas de redacção |

Sábado, 15 de Novembro

| | |
|-------|---|
| 9:00 | Resumo do dia de trabalho anterior |
| 9:30 | Sessão de grupos de trabalho sobre a estrutura organizacional e ferramentas a utilizar a partir de 2015 (metodologia: <i>World Café</i> , com grupos de trabalho por língua) |
| 12:00 | Almoço |
| 13:30 | Sessão de trabalho das equipas de redacção |
| 15:00 | Plenário: resumo das discussões. Aprovação, na generalidade, da Declaração Final. Os documentos para aprovação final serão partilhados entre os participantes pelo Secretariado do FRM (metodologia: leitura integral com tradução para todas as línguas de trabalho da reunião - inglês, espanhol e francês. Discussão em plenário, com tradução para todas as línguas de trabalho da reunião) |
| 19:00 | Encerramento da reunião |

Durante a reunião foi utilizada a metodologia do WorldCafé (Café do Mundo), com grupos de trabalho com tradução para todas as línguas de trabalho da reunião (2 grupos a trabalhar em inglês; 2 grupos a trabalhar em espanhol; 1 grupo a trabalhar em francês). Os grupos trabalharam com base num documento para discussão (rascunho do *Manifesto*) enviado aos participantes antes da reunião. O debate em plenário foi traduzido para toda as línguas de trabalho da reunião.

5. Sistematização dos principais debates e próximos passos

Conquistas do AIAF-2014

- Homens e mulheres agricultores familiares colocados nas agendas locais, nacionais e internacionais, reafirmando os seus direitos e papel como atores sociais e económicos de primeira importância e as organizações de agricultores como seus porta-vozes; bem como a identificação dos desafios que enfrentam e a necessidade de políticas para garantir o seu futuro. Como sublinhava Jose Marí (FRM), *“A Agricultura Familiar não é nostálgica; É DE FUTURO!”*;
- Apoio e reconhecimento de organizações internacionais e governos da importância da Agricultura Familiar (ex: Fórum de Agricultores do FIDA; diálogos regionais da FAO, o compromisso do governo boliviano - rotulagem; expressão de apoio à agricultura familiar que o Comité francês conseguiu obter do Ministério da Agricultura, bem como os esforços semelhantes nas Filipinas, Burundi e Gâmbia, etc.). Tal como sublinhado pelo representante da FAO, Francesco Pieri, no seu discurso de abertura deste encontro, o intenso trabalho realizado para promover a agricultura familiar não se esgota em Dezembro de 2014: 2014 termina apenas como um ano civil, não como o processo de sensibilização para a agricultura familiar. Também Caio França salientou, no seu discurso de abertura, o envolvimento do MDA brasileiro e o seu compromisso com a projecção do processo de Agricultura Familiar nos próximos anos.
- Mais de 55 Comités nacionais de diálogo e negociação de políticas públicas sobre agricultura familiar criados;
- 6 programas nacionais, leis nacionais ou regulamentos a favor da agricultura familiar (Paraguai, Colômbia, Argentina, Nepal, Bolívia, Peru) criados. Países como o Burkina Faso, Colômbia e Nepal aumentaram a dotação orçamental para a agricultura familiar.
- Grupos de trabalho regionais sobre Agricultura Familiar criados: a Comunidade de Estados Latino-Americanos e do Caribe (CELAC) criou um grupo de trabalho com foco especificamente na agricultura familiar e desenvolvimento rural; também a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) criou um grupo de trabalho semelhante no âmbito do Conselho Regional de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (GT sobre Agricultura Familiar do CONSAN-CPLP), reunindo governos, sociedade civil, universidades e sector privado;
- Envolvimento dos centros de investigação e instituições académicas com os agricultores familiares e com o tema da agricultura familiar, incluindo os compromissos com o desenvolvimento sustentável, agroecologia, segurança alimentar e soberania alimentar (por exemplo, CERAI - Montpellier, França);
- Legitimidade do Comité Consultivo Mundial e dos Comités Nacionais, posicionando-se em espaços nacionais, regionais e internacionais. A articulação e o diálogo realizado entre os homens e mulheres líderes de organizações camponesas de cinco continentes, como parte do Comité Consultivo Mundial, é uma importante conquista. A importância da confiança mútua e o diálogo entre diferentes atores foi sublinhada por José Antonio Osaba (FRM) no seu discurso de abertura deste encontro.



Debates sobre as cinco exigências a incorporar no Manifesto

Um primeiro rascunho do Manifesto foi partilhado com os participantes antes da reunião. As cinco exigências (parágrafos 13 a 36 do rascunho) foram intensamente debatidas durante a reunião. O rascunho final do Manifesto será sistematizado pelo Secretariado do FRM e partilhado com os participantes para os comentários finais e aprovação (Anexo 2 – Versão final do Manifesto).



As exigências referem-se aos seguintes tópicos (de notar que este é um breve resumo das exigências e não um texto exaustivo; versão final a circular pelo Secretariado do FRM):

Exigência 1: Todas as nações têm o direito a desenvolver a sua própria produção local de alimentos, através de homens e mulheres produtores familiares. Este processo em direcção à Segurança Alimentar e Nutricional deve ter como base a implementação de modelos sustentáveis e de resiliência (como, por exemplo, o modelo agroecológico). Os governos nacionais devem implementar políticas públicas de segurança alimentar e de soberania alimentar baseadas na agricultura familiar e que assegurem o direito humano à alimentação. Estas políticas públicas devem ser concebidas e implementadas por concelhos nacionais interministeriais que contemplem a participação efectiva da sociedade civil (segundo o modelo dos concelhos nacionais de segurança alimentar e nutricional proposto pela CPLP na Estratégia Regional de Segurança Alimentar e Nutricional).

Exigência 2: Os governos e organizações internacionais, nos seus respectivos campos de responsabilidade, devem reconhecer e implementar as Directrizes voluntárias para uma gestão responsável da posse da terra, pesca e florestas (um grupo incluiu a referência à implementação nacional dos Princípios para o Investimento Responsável na Agricultura, mas o Plenário concordou em

focar esta exigência apenas nas directrizes da gestão da terra).

Exigência 3: Os governos nacionais devem alocar um orçamento adequado especificamente para o desenvolvimento da Agricultura Familiar (durante o debate, foi assumida, pela maior parte dos participantes, uma clara falta de conhecimentos sobre este assunto, o que pode comprometer a obtenção de um posicionamento forte).

Exigência 4: Garantir a equidade de direitos entre homens e mulheres agricultores familiares, através do empoderamento das mulheres e de políticas públicas de discriminação positiva – de acesso à terra e outros recursos naturais, ao crédito, a serviços de extensão, a formação, etc.

Exigência 5: Aprovar políticas públicas que promovam a inclusão, a integração, e o reconhecimento dos jovens no sector agrícola, de acordo com o Manifesto de Bordéus (Anexo 3 – Manifesto de Bordéus). O possível apoio directo à criação de uma organização internacional de jovens agricultores foi intensamente debatido, mas não reuniu consenso, embora todos os participantes concordem acerca do papel crucial da agricultura familiar no desenvolvimento territorial.

De forma a legitimar a continuidade e o fortalecimento dos Comitês nacionais e regionais e do Comité Consultivo Mundial, os participantes discutiram a possibilidade de exigir *Directrizes Globais para a Promoção da Agricultura Familiar*. Embora ambiciosa, esta proposta reuniu consenso e

entusiasmo gerais e deverá ser mais debatida para melhor ser operacionalizada.

Durante a Plenária, foi sublinhada a importância de criar uma equipa de trabalho para negociar as Diretrizes Globais com o CFS-FAO.



Instrumentos e ferramentas organizacionais

De forma geral, os participantes concordaram em manter os actuais instrumentos e ferramentas organizacionais utilizados durante o AIAF-2014.

- Criação e fortalecimento dos comités nacionais, com a participação efectiva da sociedade civil. Os comités nacionais devem encorajar a criação de comités locais/municipais.
- Os comités regionais não foram referidos na estrutura proposta, mas os grupos de trabalho e o plenário concordaram em incluir a importância da criação e fortalecimento dos comités regionais para a promoção da agricultura familiar. Concordaram ainda que é importante assegurar a não duplicação de espaços e mecanismos.
- A coordenação global continuará a ser assegurada através do Comité Consultivo Mundial. Os participantes concordaram que: i) O secretariado do CCM seja mantido no FRM; ii) a representação dos comités nacionais e regionais no CCM seja aumentada; iii) a representação das mulheres e jovens agricultores familiares deve ser assegurada nos comités nacionais, regionais e internacional; iv) a articulação do CCM com os espaços regionais e com o comité internacional para o planeamento do Fórum Mundial sobre Acesso à Terra (2016) deve ser consolidado.

*“Hasta lo más
pequeño suma; hasta
lo más pequeño resta”
(Jose Mari, FRM)*

Próximos passos

A Rede Internacional de Segurança Alimentar (IFSN) é uma parceria de organizações de base para a democratização dos diálogos internacionais sobre segurança alimentar mundial. A rede pretende influenciar as políticas e programas para aumentar a segurança alimentar a nível nacional, regional e internacional. A REDSAN-CPLP (membro do IFSN) e a Plataforma de Camponeses da CPLP estão a realizar esforços análogos e sinérgicos nos países de língua portuguesa, com o objectivo de alcançar um mundo rural activo baseado na realização do direito à alimentação e no respeito e promoção do meio ambiente e da biodiversidade na CPLP.

A fim de contribuir para melhorar o planeamento das actividades principais e possíveis colaborações e sinergias com o Comité Consultivo Mundial, sugerimos as seguintes prioridades:

| DESAFIOS PARA A SOCIEDADE CIVIL | CONTRIBUTOS PARA PLANO DE ACÇÃO DA REDSAN-CPLP E DA PLATAFORMA DE CAMPONESES DA CPLP |
|--|---|
| TRABALHO DE INFLUÊNCIA POLÍTICA | |
| <p>Continuar a influenciar a sociedade em geral e os decisores políticos em particular relativamente ao reconhecimento da Agricultura Familiar como uma questão importante a nível global, realçando o seu papel fundamental na luta pela erradicação da fome e da má nutrição.</p> <p>Exigir a aprovação ou alteração de padrões, leis ou regulamentos relativos à agricultura familiar e o estabelecimento de (ou apoio a) propostas a nível nacional, regional e internacional.</p> | <p>Influenciar governos, instituições e setor privado no sentido da criação de políticas e de um maior investimento para apoio aos pequenos produtores e à agricultura sustentável resistente às alterações climáticas (como a agroecologia), bem como do apoio ao seu acesso seguro e controlo sobre os recursos naturais.</p> <p>Incorporar as questões da agricultura familiar nos processos de decisão política a nível nacional e regional (por exemplo, no âmbito dos concelhos nacionais de segurança alimentar e nutricional e do CONSAN-CPLP), exigindo a participação explícita das organizações de camponeses.</p> <p>Exigir a aprovação das Directrizes globais para a promoção da agricultura familiar, participando numa equipa de negociação com o CFS (aproveitando a vantagem da experiência do IFSN com a negociação das Directrizes voluntárias da Gestão Responsável da terra).</p> <p>Apoiar os agricultores e produtores familiares no seu acesso e controlo dos recursos naturais, nomeadamente terra e sementes.</p> |
| DIÁLOGO E SINERGIAS | |
| <p>Colaborar com outras organizações de agricultores familiares regionais e internacionais de forma a congregar as diversas situações e contextos que sucedem a nível internacional.</p> <p>Mobilizar plataformas sub-regionais ainda não envolvidas no AIAF.</p> <p>Evitar a duplicação de espaços ao nível regional.</p> <p>Assegurar sinergias entre espaços regionais (como o GT de AF da CELAC e o GT de AF do CONSAN-CPLP).</p> | <p>Neste momento, a REDSAN-CPLP e a Plataforma de Camponeses da CPLP não estão suficientemente envolvidas em actividades específicas do AIAF. Com excepção do Brasil, nenhum dos países de língua portuguesa é mencionado nos relatórios e documentos do AIAF. Assim, sugerimos que a Plataforma de Camponeses da CPLP se junte ao Comité Consultivo Mundial, facilitado pelo FRM.</p> <p>Fomentar o diálogo e promover parcerias entre os intervenientes relevantes, incluindo organizações de agricultores familiares, organizações da sociedade civil, centros de investigação e representantes do sector privado.</p> <p>Criar e fortalecer sinergias e alianças estratégicas entre o Comité Consultivo Mundial e espaços regionais complementares, plataformas e mecanismos já operacionais, como o GT de agricultura familiar do CONSAN--CPLP.</p> <p>Participar nos intercâmbios sobre melhores práticas com outras redes regionais também membros do IFSN (como a ASASAN, com o estudo de caso da Colômbia sobre as conquistas do comité nacional de agricultura familiar).</p> |

| | |
|--|--|
| | Melhorar sinergias da Plataforma de camponeses com o comité global que se encontra a organizar o Fórum Mundial de Acesso à Terra 2016. |
| CAPACITAÇÃO | |
| Disseminar amplamente as Directrizes voluntárias para uma gestão responsável da posse da terra, pesca e florestas. Sensibilizar para a agroecologia e outros modelos sustentáveis e resilientes. | Sensibilizar para uma visão positiva da agricultura familiar e do mundo rural. Sensibilizar para a agroecologia como a melhor solução para melhorar a segurança alimentar e nutricional, reduzir a pobreza rural, criar resiliência, mitigar as alterações climáticas e empoderar os pequenos produtores e agricultores. Promover as iniciativas nacionais de construção de sinergias entre centros de investigação e organizações de camponeses. |
| INVESTIGAÇÃO | |
| Aprofundar o diálogo permanente com organizações de investigação, assegurando que a AF é incluída nos planos de um grande número de plataformas de pesquisa de modo a que estas possam ir acompanhando as organizações de agricultores familiares. Realizar caracterizações dos sistemas agroalimentares da agricultura familiar, <i>census</i> , cadastros e investigações sobre agricultura familiar como passo crucial para a criação de políticas públicas específicas. | Realizar a caracterização dos agricultores familiares nos países da CPLP, articulando esses esforços com o GT de agricultura familiar do CONSAN-CPLP. Apoiar o conceito de agricultura sustentável resiliente às alterações climáticas como a melhor solução para os meios de vida sustentáveis dos pequenos proprietários, das mulheres agricultoras, das suas casas e comunidades. Os agricultores familiares devem ver reconhecido o seu direito ao acesso, à produção, à conservação, à compra, troca, venda e utilização das sementes de que necessitam, incluindo as variedades locais, autóctones e modernas, bem como o direito à protecção do seu conhecimento tradicional. Também deverá ser realizada, nos países da CPLP, uma investigação sobre agroecologia, acesso a sementes e conhecimento tradicional associado com a biodiversidade. |

Para mais informações, favor contactar:

Joana Rocha Dias, coordenadora da REDSAN-CPLP e membro do Secretariado da Plataforma de Camponeses da CPLP - joana.dias@actuar-acd.org